

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX - DF**

O Espólio de Fulano de tal representado por sua inventariante Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, portador do RG sob o nº XXXXXX SSP-DF, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX-DF, residente e domiciliado na XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefone (XX) XXXXXX, vem respeitosamente à presença da Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXX, NÚCLEO DE XXXXXXXXXX**, propor a presente

AÇÃO INOMINADA

em face de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, portador de RG nº XXXXX SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX CEP: XXXXXXXXX, demais dados desconhecidos, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Preliminarmente, **A Requerente informa que é pensionista, com renda bruta de R\$ XXXXXX**, o que justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, **conforme comprovante de rendimentos anexo**, nos termos da previsão constante nos termos do art. 98, do CPC, eis que não pode arcar com o pagamento das custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

DOS FATOS

Em meados do ano de janeiro de XXXXXXX a autora passou a residir no lote situado na XXXXXX, CEP: XXXXXXXXXX, imóvel pertencente a família o qual esta em processo de inventario, conforme processo nº XXXXXXXXXXXX.

Porém, no lote há X(XXXX) residências, ocorre que o valor das contas de energia elétrica e água não são individualizadas, causando bastante transtorno, principalmente porque a requerente mora com seu irmão deficiente numa das residências do imóvel e se vê obrigada a pagar valor idêntico aos demais moradores e inquilinos.

Ocorre que o Requerido aproveitando-se do fato de ter o valor das contas de água e luz rateada entre os moradores começou a prestar serviço de serralheria no imóvel, fato que ocasionou um aumento considerável nas referidas contas. Ainda, na residência do Requerido moram sua esposa e filhos.

A Requerente já solicitou ao Requerido que instalasse o padrão de energia elétrica e água no seu imóvel, com o fim de individualização destas, mas ele não aceita.

Dessa forma, a Requerente não conseguiu de outra forma resolver seu problema. Assim torna-se imperioso constatar que a Requerente tem o correlato direito de exigir o cumprimento da obrigação a cargo do Requerido, podendo demandar a prestação jurisdicional para ver efetivado o seu direito.

DO DIREITO

Infere-se que nas relações humanas é sempre necessário o estabelecimento de limites, regras, restrições de liberdade em prol de

propiciar e promover uma boa convivência coletiva, pois como afirma Jean-Jacques Rousseau *“O maior passo em direção ao bem é não fazer o mal.”* (ROUSSEAU, 2001, 78), corroborando com esse pensamento preleciona Ihering, *“O direito no sentido objetivo é o conjunto de princípios jurídicos aplicados pelo Estado à ordem legal da vida.”* (IHERING, 2010, P.25) .

É evidente que a idéia base das restrições não é impedir que o proprietário ou possuidor da coisa de usufruir, dispor ou gozar do imóvel, **mas sim fazer com essa utilidade não venha a provocar ou diminuir os direitos de outrem sobre outro imóvel**, acarretando lesão ou dano a direito de terceiro, por mera conveniência ou capricho de alguém; assim sendo, **o intuito primordial dos direitos de vizinhança é a coletividade**, essa idéia adquire maior sustentação e validade, pois está consubstanciada no ensinamento de Orlando Gomes, que afirma:

“Tais limitações não se editam no interesse dos particulares. É o interesse social de harmonizar interesses particulares dos proprietários vizinhos que justifica as normas restritas do exercício do direito de propriedade.”

Assim os direito de vizinhança instrumentalizam a sociedade com regras e soluções, para possíveis conflitos, provenientes das relações de vizinhança, atendendo de forma reflexa aos mandamentos constitucionais inserido no artigo 5º, incisos XXII e XXIII.

Dessa forma, a função social da propriedade de forma subsidiária deve ser evocada para consubstanciar a necessidade e relevância dos direitos de vizinhança, **pois a propriedade não pode atender somente ou exclusivamente o interesse do particular, sendo ele proprietário ou possuidor, se este é contrário, provocando dano, lesão ou mesmo mitigação dos direitos de outros e por conseqüências dos direitos sociais**.

Assim, o Requerido ao não instalar **o padrão de energia e de água individualizado no seu imóvel afronta o direito desta última quanto ao pleno gozo e utilização do seu imóvel**, consoante prescreve o artigo 1.299 e seu parágrafo único do Código Civil de 2002, *in verbis*:

Art. 1.299. O proprietário pode levantar em seu terreno

as construções que lhe aprouver, salvo o direito dos vizinhos e os regulamentos administrativos.

Parágrafo único. Proíbem-se as interferências considerando-se a natureza da utilização, a localização do prédio, atendidas as normas que distribuem as edificações em zonas, e os limites ordinários de tolerância dos moradores da vizinhança.

Além dos artigos anteriormente mencionados as ações adotadas pela demandada enquadram-se nos artigos 1.278, 1.279, 1.288, 1.289 e o artigo 1.293 §1º, assim sendo a decisão proferida no julgado em análise está consoante com os preceitos adotados pelo Código Civil de 2002, bem como com as idéias defendidas pela doutrina, **que intenta estabelecer limites para as relações de vizinhança, assim como estabelecer linhas de resoluções para os conflitos provenientes dessas.**

Assim, pela narrativa exposta, resta mais do que evidenciado que o **Requerido tem causado sérios prejuízos a Requerente em razão de não ter instalado padrão de energia e água no seu imóvel,** resultando que o Espólio venha a arcar com o pagamento de contas de água e energia que não condizem com a realidade do uso da parte do imóvel ocupada pela Inventariante e seu irmão deficiente, quando a maior parte dos gastos são do Requerido.

E, sendo julgado procedente o pedido da Requerente, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca das técnicas processuais adequadas à satisfação do direito do autor, tendo-se em conta, antes de qualquer coisa, que a obrigação do réu qualifica-se como obrigação de fazer, e mais especificamente como obrigação de instalar padrão de energia e água no imóvel.

O processo civil moderno busca, prioritariamente, a concessão da tutela específica da obrigação, ou seja, busca dar ao autor exatamente a prestação a que tem direito, somente admitindo a conversão da obrigação em perdas e danos se o autor preferir ou se for impossível a tutela específica (ou a obtenção do resultado prático equivalente). Estes objetivos estão consagrados no art. 461 do CPC:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287). (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial. (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002)

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002)

A concessão da tutela específica da obrigação assegura maior efetividade ao processo, pois restaura o direito lesado da forma mais completa, na medida em que o credor tem a possibilidade de obter com a tutela jurisdicional a prestação tal qual lhe foi prometida.

Uma das técnicas para a obtenção da tutela específica da obrigação de fazer é a cominação de multa (astreintes) para o caso de descumprimento, com o objetivo de forçar o réu a cumpri-la (art. 461, § 5º, do CPC).

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) A citação do Réu, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, **considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC)**, e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

b) que ao final a demanda seja julgada procedente para se condenar o Requerido ao cumprimento de obrigação de fazer, qual seja, instalar padrão individualizado de energia elétrica e água para sua residência, a qual situa-se dentro do imóvel pertencente ao Espólio Requerente, ou seja, proceder a individualização do referido padrão de energia e água para seu imóvel, sob pena de multa diária de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXX);

c) em caso de inércia do Requerido superior a quinze dias, substitua a r. sentença a declaração de vontade do réu, seja oficiada a CEB para que proceda instalação do padrão de energia e água no imóvel da Requerente, devendo o Requerido arcar com todos os custos desta operação a ser efetuada pela Concessionária de Energia Elétrica e de água ;

d) que o (a) (s) Requerido (a) (s) seja (m) condenado (s) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. - BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer finalmente provar o alegado pelos documentos ora juntados, prova pericial, **cujo rol de quesitos segue ao final (sem prejuízo da indicação posterior de outros quesitos)**, depoimento pessoal da Requerente e Requerida, esta última sob pena de confesso.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXX

Nestes termos, pede deferimento.

FULANO DE TAL
Defensor Público

ROL DE QUESITOS PERÍCIA

1 - Descreva o imóvel objeto de discussão no feito e os padrões de energia da CEB e hidrômetro da CAESB que se encontram no mesmo.

2 - Existe algum padrão de energia no imóvel da Requerente que leva/conduz energia elétrica da rede pública para o imóvel do Requerido ou da Requerente? Em caso positivo descrever este padrão de energia, bem como, informar se o mesmo foi instalado dentro das normas técnicas da CEB?

3 - Existe algum hidrômetro no imóvel da Requerente que leva/conduz água da rede pública para o imóvel do Requerido ou da Requerente? Em caso positivo descrever este hidrômetro, bem como, informar se o mesmo foi instalado dentro das normas técnicas da CAESB?

4 - É possível a instalação de um padrão de energia da CEB e de um hidrômetro da CAESB diretamente para a residência do Requerido, de forma a individualizar os consumos de água e energia elétrica no imóvel? Qual o custo aproximado desta operação?

5 - Se necessário prestar outras informações que o caso requeria.